



SINOPSE D.O.U.



EDIÇÃO DE 03 DE ABRIL DE 2020

Atos do Poder Legislativo

Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020", com vetos (Mensagem n. 141, de 2 de abril de 2020).

Atos do Poder Executivo

Medida Provisória Nº 938, de 2 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Decretos Nº 10.306, de 2 de abril de 2020, que "Estabelece a utilização do *Building Information Modelling* na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de

Disseminação do *Building Information Modelling* - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019".

Nº 10.307, de 2 de abril de 2020, que "Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014".

Nº 10.310, de 2 de abril de 2020, que ""Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro d'e 2020, para adiar prazos e etapas que estabelecem" (Citado Decreto 10139 versa sobre revisão e consolidação de atos normativos. O Decreto 10178 regulamenta dispositivos sobre critérios e procedimentos para classificação de risco de atividade econômica. Já o Decreto 10229, regulamenta o direito de desenvolver, executar, operar ou comercializar produto ou serviço em desacordo com norma técnica desatualizada).

Presidência da República

Casa Civil/ Instituto
Nacional de Tecnologia da
Informação

Nº 16, de 2 de abril de 2020, que "Estabelece os procedimentos a serem dotados para a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI".

Portaria

Ministério do Desenvolvimento Regional

Superintendência de
Desenvolvimento do
Centro-Oeste

Nº 1, de 27 de março de 2020, que "Altera disposições da Resolução SUDECO nº 12, de 24 de abril de 2019". (Citada Resolução 12 dispõe sobre os requisitos para análise e seleção de propostas de transferências voluntárias a serem apoiadas pela SUDECO, com recursos alocados no Orçamento Geral da União).

Resolução

Ministério da Economia

Secretaria Especial da
Receita Federal

Instrução Normativa Nº 1.931, de 2 de abril de 2020, que "Suspende a eficácia do art. 3º da Portaria RFB nº 2.860, de 25 de outubro de 2017, e do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, em decorrência da emergência de saúde pública acarretada pelo



Secretaria Especial de
Desburocratização, Gestão
e Governo Digital

coronavírus (Covid-19)" [Citada Portaria 2.860 dispõe sobre apresentação de documento sem reconhecimento de firma e de cópia simples para solicitação de serviços no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Já a IN 1.548 versa sobre CPF].

Instrução Normativa Nº 24, de 18 de março de 2020, que "Dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal integrantes do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, estruturado nos termos do art. 21 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019".

Banco Central do Brasil

Resoluções Nº 4.793, de 2 de abril de 2020, que "Altera a data da entrada em vigor da Resolução nº 4.762, de 27 de novembro de 2019, que altera a Resolução nº 4.292, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito realizadas com pessoas naturais".

Nº 4.796, de 2 de abril de 2020, que "Estabelece medidas de caráter emergencial para os procedimentos de comunicação de perdas, de comprovação de perdas e de cálculo de coberturas para as operações enquadradas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) de que trata o Capítulo 16 do Manual de Crédito Rural (MCR)".

**Ministério da Justiça e
Segurança Pública**

Gabinete do Ministro

Nº 8, de 2 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa".

Portaria

Ministério da Saúde

Agência Nacional de
Vigilância Sanitária

Nº 366, de 2 de abril de 2020, que "Dispõe sobre a importação de produtos para diagnóstico in vitro de Coronavírus durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus".

Resolução - RDC

SINOPSE DOU SEÇÃO I | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Editoração: COAL | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9588 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC: (61) 3317.9989 sac@cni.com.br Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF www.cni.com.br.